

Palavras-chave: Arquitectura portuguesa; cidades portuguesas; Arquitectura como construção; continuidade cultural; arquitectura colonial

Key words: Portuguese architecture; Portuguese cities; Architecture seen as building; cultural legacy; colonial architecture

ABSTRACT

This article is a work in progress, a matrix that is added to, corrected and changed over time. Its purpose is to identify the distinctive values of Portuguese architecture and urbanism wherever they were built. As a preliminary synthesis, it can be said that Portuguese architecture is, most of all, construction, space that supports action whose significance does not contaminate the drawing.

RESUMO

Este artigo é uma palestra aberta, em processo de construção – uma matriz que vai sendo acrescentada, corrigida, alterada. O seu tema é indagar os valores distintivos da nossa arquitectura e das nossas cidades, seja qual for o lugar que lhes tenha dado a terra. Mas podemos avançar, como síntese analítica, que a arquitectura portuguesa é sobretudo construção, espaço de suporte para acção, cujo significado não contamina o desenho.

PORTUGAL, CIDADE E ARQUITECTURA

Alexandre Alves Costa*

Esta, é uma palestra aberta, em processo de construção – uma matriz que vai sendo acrescentada, corrigida, alterada. É um discurso interrogativo e inacabado. Contém citações referenciadas e outras não, de notáveis historiadores da arquitectura e da cidade, como Horta Correia, Rafael Moreira e Renata Malcher, entre outros. Cita, ainda, os meus ex-doutorandos Josemary Ferrare e Jorge Correia. Repete parcelas de outros textos meus.

Não se trata aqui da cidade contemporânea – seria um outro registo que eu também persigo, como militante na construção do futuro.

Por isso me sinto como um homem do século XIX, porque é ao passado e no passado – mas por causa do presente que, com tanta mentira caminha ao nosso lado – que, como Garrett, dirijo a interrogação: *que ser é o meu se a pátria a que pertença não está segura de possuir o seu?* Como a Sofia que tem *a memória longínqua de uma pátria eterna mas perdida e não sabemos se é passado ou futuro onde a perdemos.*

De facto, para mim, a matéria mediadora entre a consciência individual e o mundo é constituída pela situação nacional e nela e através dela, pelo sentido do ser português.

A consciência da nossa fragilidade histórica, hoje como no século XIX, projecta os seus fantasmas simultaneamente para o passado e para o futuro. O drama de Garrett, que me apetece assumir, é o de Portugal como povo que só já tem ser imaginário ou mesmo fantasmático – *realidade indecisa, incerta do seu perfil e lugar na história, objecto de saudades impotentes ou pressentimentos trágicos*, como nos disse Eduardo Lourenço.

Este texto, para ser ouvido, é uma espécie de olhar, mais apaixonado do que científico, mais curioso do que rigoroso, sobretudo erótico, por manifestar um claro desejo de realização. Por isso, usarei imagens com abundância, as

* Prof^o Doutor, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Portugal

imagens que, mais do que provas se transformaram em objecto amoroso.

Reconheço que têm sido outros, historiadores e arquitectos historiadores da arquitectura e da cidade que tem acrescentado ao meu saber, diria natural, uma enorme soma de elementos, para dizer verdade, talvez, mesmo os únicos de natureza científica. O seu discurso, por mim assimilado, faz, naturalmente, parte do meu, cuja cientificidade e espontaneidade se deve, assim, ao seu saber e ao meu olhar particular.

As minhas características pessoais são, de facto, mais de um coleccionador de emoções que a arquitectura me proporciona e, na circunstância da emoção, escrevo com o nexo do momento, nunca igual ao de outro qualquer momento e, por isso, tudo no conjunto é um imenso desconjunto, impressivo, espontâneo, não académico, sem notas de pé de página, sem erudição convergente ou dirigida.

Assim vou falando ou escrevendo como quem improvisa sobre o que já sabe, não buscando uma racionalidade estrita nas abordagens, nem uma coerência estilística na linguagem. Pelo contrário, misturo conscientemente e sem hierarquia, objectivo e subjectivo, memória e vivência, descrição e invenção, prosa e poesia, em narrativa comunicada em discurso verbal.

Tenho é viajado por um imenso Portugal, o que fala a minha língua, e tenho tentado afirmar uma especificidade para a arquitectura portuguesa, incluindo a de fora do nosso país, recusando julgá-la em função dos modelos culturais pressupostos, normalmente, pela grande cultura europeia. Por isso, não tenho aplicado, senão por facilidade de linguagem, as divisões tradicionais da história da arquitectura pelos grandes estilos – românico, gótico, renascimento, maneirismo, etc. – que tem sido tão bloqueadores na compreensão da nossa realidade.

Prefiro usar os nomes e cognomes dos nossos reis!

Resumindo, tenho afirmado o que toda a gente sabe: existem valores distintivos na nossa arquitectura e nas nossas cidades, seja qual for o lugar que lhes tenha dado terra.

Por outro lado, cada vez acredito menos nas grandes sínteses interpretativas ou justificativas, apenas válidas para arcos temporais ou territoriais de grande escala: a cidade ocidental, a cidade islâmica, a cidade hindu ou chinesa e, mesmo assim, com tantos cruzamentos que tudo acaba contaminado, excepto os modelos teóricos que construímos: é como a distância entre a cidade ideal do néo-platonismo renascentista e Mazagão. As aplicações ou as emanações são sempre imperfeitas e parciais.

O que é certo é que os macedónios e os romanos transportavam modelos claros e opostos. Enquanto uns tentavam um acordo harmónico com a natureza, os outros construíam um mundo artificial e encerrado, um mundo dentro do mundo. Uns, gregos, última civilização primitiva, como lhe chama Norberg Schulz, em complementaridade com a natureza, os outros, romanos e todos nós ocidentais, durante séculos, em oposição à natureza natural que incluía os outros homens, silvestres e recém-criados, *ainda cor de barro, ainda nus e deslumbrados*, como escreve a Sofia.

Portugal, digo eu, nasceu e desejou crescer grego, mas o destino que ele próprio para si destinou obrigou-o a ser romano. Castela, os mouros, os africanos ou os índios, tantos inimigos para além do medo de nós próprios!

Há meses, nas alturas de Machu Picchu lembrei-me de Portugal. Foi a beleza e a força da paisagem escolhida para ser lugar e a necessidade de imposição da razão para que a humanidade não se perca, se defenda e continue a aprofundar o projecto do Homem.

Será que os portugueses perseguiram a síntese, que o modernismo tentou, definitivamente, destruir – a síntese entre razão e sentimento? A unicidade do ser, como dizia Marcuse entre as barricadas de Maio de 68?

Depois havia que cumprir o mar:

E o mar foi elemento a transpor nesta aventura para a descoberta do desconhecido – a viagem ou o tempo da sua duração, sempre sentido como tempo de ausência. Transportamos na bagagem aquilo que julgámos abandonar.

Mas diferente era a nova realidade descoberta, com trabalhos, dor e saudades da terra que se deseja imutável, porto seguro do regresso, eternamente igual a si própria. Por isso a viagem não trouxe inovação, trouxe desejo de paragem, reacendeu memórias de confortos caseiros, dos cheiros do fumeiro, dos gostos familiares, com mulheres dóceis fiando enquanto apascentam ovelhas na bucólica reinventada paisagem da infância.

A viagem sangrou a nação para a construir fora, através dos sinais que os arquitectos inventaram para a identificar. Viajamos, mas, de facto, não aprendemos a nomear o mundo e, por isso, tentamos sempre reconstruir a cidade, a nossa, agora juntamente com os outros homens que fomos encontrando nas paisagens brumosas.

E assim, entre a impossível unicidade e a profunda saudade, vou-me perguntando, com vontade afirmativa: será que Portugal, à força de misturar raças e mentalidades, de confundir dois ou três becos sem saída, acabará por

esboçar uma síntese original, um passo, um sopro de ar fresco e por abrir caminho a outras razões?

Uma coisa é certa, nascemos e crescemos hesitantes, nunca resolvidas as contradições que fomos marcando, talvez contra o que queríamos, como verdades diferentes. Portugal vai-se compondo em oposições permanentes: autoridade e permissividade, projecto e espontaneidade, centralismo e regionalismo, nacionalismo e internacionalismo, aventura radical e conservadorismo estagnante, experiencialismo e escolástica, razão e sentimento. O sim e o não, como dizia a Sandra Alvim.

Mais ainda, e sem pôr de parte a existência de factores de unificação que permitem considerar o território e a história nacional como um todo, devemos ter presente que existem sistemas de relacionamento, estruturas sociais e económicas e esquemas culturais diferentes que, normalmente, se podem articular em dois grandes grupos, situados em áreas geográficas distintas – o Norte e o Sul.

Podemos, assim, com José Mattoso, considerar como uma das características peculiares da nossa história a maneira como os dois territórios agiram um sobre o outro, se completaram ou opuseram, imprimindo-lhe uma dinâmica própria que se deve considerar constitutiva da especificidade nacional.

Os grandes movimentos históricos confirmam as diferenças: no Sul, estabelecimento de povos mediterrânicos – maior densidade de ocupação romana, ocupação bizantina e longo domínio islâmico; no Norte e Centro, estabelecimento de povos do Norte atlântico e centro europeu – celtas, suevos e visigodos.

Pode-se, portanto, perguntar, com toda a legitimidade, se um conjunto de diversidades desembocaram em intercâmbio recíproco ou até que ponto se realizaram verdadeiras sínteses que definam uma cultura nacional aproximadamente comum a todo o território.

Tenho tentado responder a esta problemática para a arquitectura e defendido algumas hipóteses interpretativas que tenho comprovado, mais pela quase empírica leitura de visitas e viagens do que com profundos, rigorosos e científicos estudos, para os quais não tenho grande motivação.

Fernando Pessoa escreveu: *Cumpriu-se o Mar e o Império se desfez*. E, olhando, nesse momento, terras brasileiras exclamei: felizmente! Não faltou foi cumprir-se Portugal! Julgo que alguma coisa floresceu do que foi semeado no meio da dor e da injustiça.

Com esta certeza nos olhos, avancei pelo mundo, desbravando terreno e fui encontrando pacificamente o Portugal não realizado, logo na arquitectura açoriana, depois na arquitectura e nas cidades coloniais que me pareceram um reflexo radical da especificidade nacional, numa selecção criteriosa dos seus elementos mais característicos.

Na tentativa de desvendar a especificidade desta enigmática família, tão diferente e tão igual, da arquitectura e da cidade portuguesas encontrei-me com um facto histórico elucidativo que aproveitei para contar. No "Regimento a Pêro Vaaz que vay a Alcácer fazer as obras d'Alcacer", de 22 de Junho de 1502 escreve-se:

E no cabo della se façam dous cubellos redondos que subam sobre ha altura do muro da dita coyraça quatro palmos os quaes cubellos seram vaaos e teera cada hum de vaao em larguo quinze palmos... ao pee dos ditos cubellos mandamos fazer senhos talhamares de pedraria dereitos cotra ho mar d'altura de dez palmos pouco mais ou menos...

O documento aponta, ainda, a continuação do corregimento dos muros da vila caso sobrasse algum dinheiro da empreitada da couraça.

Sim, é verdade que este pobre país se vai fazendo, *caso sobre algum dinheiro* e de acordo com a possibilidade de cumprir *mais ou menos* os seus projectos. E isto fundamenta hábitos de senso e adaptabilidade, diria, estrutura uma cultura que não abandona nunca a sua permanente presunção retórica, diria chapliniana.

Atente-se a exclamação de D. Sebastião, nas vésperas do desastre de Alcácer Kibir, à vista de Tanger, onde padeceu o Infante Santo:

Vós deveis pensar que tenho muito medo dos mouros, pois fizesteis este castelo tão forte!

Assim, da nossa arquitectura, aprendida no acto de construir, souberam os nossos mestres pedreiros, de pais para filhos, copiando, inovando, respeitosamente.

De facto, os critérios da arquitectura portuguesa não são tanto os da coerência mas, sobretudo, os da eficiência e, por isso, muito ligados ao imediatismo da técnica produtiva. Conferindo um crédito quase total ao senso comum, faz dele critério latente de verdade, julgado patente na leitura da tradição.

A arquitectura portuguesa é sobretudo construção, espaço de suporte para acção, cujo significado não contamina o desenho. Apura-se simplificando-

se, comunica, antes de mais pela decoração que não interfere nos valores estruturais e, mesmo quando aspira a um espaço mais emotivo e dinâmico, como no barroco, contém-se dentro de uma volumetria que não ousa romper com a simplicidade de uma geometria de volumes puros.

Por necessidade de afirmação, de domínio ou marca territorial, trabalha a escala e é na dimensão e na implantação que assume, como objecto na paisagem construída ou natural, os seus mais expressivos valores formais. E assim se transforma de arquitectura em elemento de composição urbana, salientando, na racionalidade e uniformidade da arquitectura civil, a natureza do edifício singular:

Da experiência de construir, conhecidos os modelos, nasce o saber, sem grande teoria de suporte que se transmite empiricamente. Afastado o modelo, procura-se, sobretudo, a eficácia, no caso a caso das circunstâncias. Dessa capacidade de adaptação ao momento, sem grandes prisões de natureza formal ou estilística, nasce a sua variedade, a sua espontaneidade e o seu eclectismo que nunca lhe retiram um genérico carácter de família que nos permite a sua permanente identificação.

Houve, evidentemente, um claro desejo de fixação no território ultramarino de formas culturais decididamente presas ao mais sólido e perene da nossa tradição, levando as suas implicações ao extremo das possibilidades expressivas. São os modelos mais depurados, elaborados em Portugal durante o século XVI, que são transpostos literalmente, não só como consequência da inexistência de arquitectos residentes com capacidade inovadora ou integradora de novas formas eruditas da arquitectura internacional, mas, sobretudo, por razões de ordem simbólica de representação do poder.

O poder, e sobretudo o colonial, não pode dar de si próprio uma imagem frágil ou hesitante, o seu exercício passa pela construção de uma síntese que o represente de forma unitária.

Por isso, tenho defendido a hipótese de que a arquitectura portuguesa, contraditória e ecléctica, nos sobressaltos de uma história cheia de vicissitudes e num país dividido por valores culturais dificilmente unificáveis, encontrou nos territórios coloniais uma imagem clara que não só sintetiza, como aprofunda, as suas tendências estruturais, constitutivas de uma hipotética especificidade.

E a cidade, será que há uma cidade portuguesa, pelo menos até aos fenómenos de crescimento e sub urbanização pós-industrial?

Em tempos escrevi:

O urbanismo português caracteriza-se, sobretudo, pela inteligência do lugar, da escolha ao desenho, numa compatibilização única de organicidade e de racionalidade, do entendimento da paisagem e da funcionalidade urbana.

Nos diversos territórios de ocupação portuguesa, encontram-se claras expressões do que, desde a Idade Média, caracteriza a morfologia das nossas cidades que se nos oferecem como organismos espontâneos, sendo, muitos deles, gestos de uma vontade forte, executados por mãos de uma grande humanidade.

Parece tudo dito e de facto está. Falta saber como e porquê.

Tenho procurado aproximar os processos de produção da arquitectura portuguesa dos da cidade, buscando-lhes a mesma origem e os mesmos pressupostos.

Se é assim na arquitectura, porque não na cidade, feita nas mesmas condições sociais, políticas e económicas, sobretudo porque a arquitectura doméstica ou o desenho da cidade são mais facilmente encarados com o pragmatismo do serviço e da técnica tomados com neutralidade?

Nesta leitura de continuidade que farei não podemos deixar de estudar a riqueza e a diversidade do urbanismo português na Idade Média e na sua saída, para podermos entender o que foi feito fora dos condicionalismos da metrópole, nas cidades ocupadas do Norte de África, nas cidades coloniais criadas ex-novo e, depois, como essa experiência se sintetiza no esplendor das criações pombalinas.

Num discurso clássico sobre a cidade portuguesa, deveria lembrar, sobretudo, e vou fazê-lo mais tarde, as cidades medievais de fundação, como, entre outras, Viana do Castelo, Caminha, Monsaraz e, posteriormente, Tomar.

Mas, antes de entrar na linearidade do discurso oficial, apetece-me fazer algumas considerações de ordem geral que espero venham a acentuar a complexidade do tema e a redução a que tem estado sujeito.

Dizia Carlos Nelson, arquitecto e amigo brasileiro:

Durante muito tempo nossos explicadores de fenómenos de urbanização acreditaram no espontaneísmo, à diferença dos nossos irmãos hispano-americanos que tiveram cidades certinhas, rectilíneas das ordenações reais, as nossas surgiram e se desenvolveram ao deus-dará. Hoje muitos autores sérios duvidam disso.

Os portugueses trouxeram regras claras... no que diferiam foi na escolha dos sítios... Rio e Salvador são para ninguém botar defeito em matéria de bom aproveitamento de um suporte físico completo.

Mais recentemente, na ocasião do “honoris causa”, pela Universidade do Porto, concedido ao anterior Presidente da República do Brasil, este declarava que o caos urbanístico de S. Paulo era, ainda, um efeito longínquo da colonização. A universidade baixou os olhos envergonhada e só mesmo eu tive vontade de o insultar, irritado como estava com as leituras recentes de Buarque de Holanda.

Este parêntesis para vos chamar a atenção de um complexo generalizado que existe na nossa historiografia em relação às cidades coloniais de quadrícula perfeita das américas de língua castelhana. O mais que conseguiram os nossos esforçados e patriotas historiadores foi reconhecer a existência de uma malha urbana *tendencialmente regular*, até ao descanso das nossas consciências que foi o Marquês de Pombal. E com isto esquecemos um facto e não aprofundamos outros. Esquecemos que na América as cidades regulares são uma minoria e que há muitas outras, de origens muito diversas, a provocar morfologias também muito diversas. E assim, preocupados com a linhagem regular das nossas, abandonamos as outras, sejam as de origem romana, os burgos medievais, os desenvolvimentos espontâneos para referirmos, apenas, as cidades projectadas, sendo evidente, no entanto, que é a partir destas e da sua racionalidade que se constroem todas as futuras cidades programadas centralmente e todos os desenvolvimentos modernos. Constituem assim modelos objectivos, mantendo-se os subjectivos no limbo do nosso subconsciente ou no purgatório da nossa ignorância.

Nunca devemos esquecer que há motivos distintos para a cidade aparecer e se desenvolver e agentes que, nem sempre, são ordenanças do poder político central. Lembro, a título de exemplo, que podem aparecer núcleos urbanos a partir de uma colonização/evangelização de uma qualquer ordem religiosa e que entre jesuítas e franciscanos existem visões bem diferentes do que é ajuntar pessoas, ou até índios, para que eles salvem as almas, produzindo bens... atente-se Santa Catarina ou Madalena do Sumáuma.

E que dizer de um cruzamento de caminhos onde um qualquer cidadão de visão empresarial instala uma estalagem ou uma muda de bestas? Como em Ponte do Lima onde a dignidade da muralha foi posterior e graça real a apertar um amontoado de casinhas que encontravam a sua razão, agora perdida, no desenho das vias implantadas, como deve ser, de acordo com a topografia.

Reencontremos o fio da meada do discurso oficial, sabendo agora de que subgrupo de cidades se trata, para não correremos os riscos de generalizações apressadas.

Ainda na Idade Média, parece possível falar numa rede urbana tendencialmente regular, sem a obsessão do ângulo recto nem da geometria abstracta, mas com a necessidade prática e mesmo o gosto de abrir ruas tanto quanto possível paralelas, adaptando-se ao relevo do terreno ou à salvaguarda de algumas preexistências.

Quem traçava estas vilas programáticas? Certamente mestres pedreiros, pelo sistema simples de cordeação, directamente no terreno, com a demarcação dos lotes por marcos ou postes.

O avanço da expansão acompanha o da racionalidade e impõe o domínio da linha recta. A noção de regularidade progride como sinal ideológico do espírito moderno

Na própria capital do reino, começa a surgir junto à muralha que a cingia a poente, no sítio de S. Roque, uma nova urbanização em que era utilizada uma malha reticular, não uniforme.

Foi este espírito geométrico, combinado com um eficiente pragmatismo, que levou os portugueses a fundar ou reformular cidades como Angra do Heroísmo, onde entre dois eixos principais – Rua de Lisboa e Rua da Sé – se estrutura uma malha ortogonal.

O crescimento para além da muralha de cidades como Viana ou Caminha e o estabelecimento à sua porta da nova Praça Moderna, com a Misericórdia e os Paços do Concelho significa, normalmente, que, da cidade medieval ordenada geometricamente, passamos a um espaço que ganha a forma que pode, baseado na sua anterior conformação desenhada pelo cadastro e pelo uso livre do mercado. Daqui parte a cidade moderna, assim, menos regular do que a antecedente.

Em rigor, não se pode falar num urbanismo renascentista. Os processos tradicionais vão absorvendo e assimilando as novidades do Renascimento italiano.

A praça, mais do que a catedral, o castelo ou a muralha é, agora, o novo e principal símbolo da vida urbana e é a sua dignificação como espaço público a aspiração principal, paralelamente à renovação urbana que se processa dentro das muralhas, com expressivo e cuidadoso tratamento das fachadas.

Daí a evidência da utilização da Praça como elemento programático, estruturador da malha urbana das novas cidades.

E tudo o que se faz a seguir parece na sequência natural das coisas. Apenas que, nas colónias, cidade e fortificação, são conceitos indissociáveis, por

necessidades, óbvias, de conquista e de defesa. Por isso o papel dos engenheiros militares foi instrumental no desenho das cidades.

Sabemos como a cultura portuguesa do século XVI foi profundamente marcada pela tratadística italiana e pelos estudos científicos, na conjuntura dos descobrimentos. Sabemos como a arquitectura militar passou a ter importância decisiva naquela conjuntura e como foi veículo do novo gosto e pressuposto de uma nova forma de projectar.

Assim, foram principalmente as fortificações, feitorias e cidades amuralhadas que mais evidenciaram a influência da engenharia militar portuguesa e o seu cariz erudito, afirmando-se por imperativo da Conquista, da Descoberta ou da Colonização.

Pela síntese de influências diversas – do pensamento urbanístico italiano à tradição manuelina – parece estabilizar-se de 1540 a 1620 um tipo *clássico* de cidade portuguesa ou, pelo menos, definida uma metodologia de desenho urbano, fruto da geometria do sistema abaluartado, empregue de modo pioneiro em Mazagão pelo engenheiro militar Benedetto de Ravenna em 1541 e pela primeira vez no Oriente na frente abaluartada de Diu por D. João de Castro em 1546.

Sinto que não posso deixar de fora, neste discurso interrogativo, alguma aproximação mais pormenorizada para a construção daquela metodologia que permita fundamentar as leituras de continuidade de que tanto gosto, no cruzamento pacífico da tradição e do saber prático acumulado no terreno pelos nossos mestres, e a erudição abstracta que iam adquirindo nos contactos internacionais que estabeleceram ao serviço da coroa.

De facto, a partir de 1415, Portugal inaugurava uma série de ocupações no Norte de África Ocidental. Tratou-se, de Ceuta a Safim, de apropriação e transformação militar complementada por uma lenta e gradual implantação urbana a partir de modelos vivenciais e, portanto, urbanísticos da metrópole. O *atalho* foi o principal instrumento utilizado pelos portugueses.

A situação militar da região favorecia um tipo de cidade fechada, exclusivamente para nacionais. Os muçulmanos foram excluídos da composição social das nossas possessões deixando muralhas, ruas e casas, que foram gradualmente transformadas. A prática do atalho implicava corte, revendo forma e dimensão e implicava, ainda que indirectamente, um exame à disposição urbana dos tecidos e malhas ocupadas. A sua racionalidade transpunha-se para o interior do novo perímetro levando consigo uma tendência geometrizante

nos traçados. A malha islâmica, segmentada em bairros que providenciavam controlo social e defesa interna era posta em causa numa mudança em que se buscava exactamente o contrário: o melhoramento das condições de vigilância e acessibilidade aos vários sectores da cidade. As muralhas aderiam a um plano geral em que a Rua Direita articulava a distribuição viária e as acessibilidades aos dois espaços colectivos mais importantes – o terreiro de reunião da população e a praça de apoio ao porto e equipamentos com ele relacionados.

Exceptuando Alcacer que manteve a sua configuração, todas as outras conquistas foram atalhadas, diminuindo substancialmente a sua área de implantação.

Mazagão, pelo contrário, é uma criação ex-novo, a partir de um castelejo e de um pequeno aglomerado de casario desordenado. O baluarte moderno vai encerrar uma área urbana de traçado tendencialmente regular cuja lógica deverá ser buscada, não só a partir da geometria moderna daquele, como da racionalidade conquistada gradualmente no terreno a partir do senso e da cultura dos nossos mestres.

De facto, os nossos engenheiros militares, que, preversamente, Benévolo chamou de agentes de terceira categoria de uma ideia nunca concretizada pelos seus criadores, são herdeiros de uma tradição que se objectiva na primazia da construção sobre a do projecto.

Talvez por se colocarem em compromisso permanente com a prática nunca a ultrapassam conceptualmente, mas realizam obra sem que qualquer imposição teórica perturbe a sua experiência, aproveitando-a, sim, para a sedimentar.

É neste sentido que venho questionando a utilização da cidade ideal como modelo, no seu sentido mais profundo, das nossas cidades, devendo antes dizer-se que aquele modelo formal confluiu com a nossa tradição, esvaizado do seu mais profundo significado e sem trazer alterações metodológicas de monta na forma de projectar – tal com a tratadística ordenou a composição, regrou as proporções, acarretou as ordens, numa arquitectura profundamente anticlássica nos seus fundamentos éticos e ideológicos.

Se Damão e Baçaim, na Índia, foram gizadas com uma evidente aproximação às cidades ideais do Renascimento, é a regularidade excessiva da sua traça o facto que mais parece afastar-se da tradição de empirismo das nossas urbes arruadas.

Por todas as razões apetece lembrar Danzilho, Boitaca, Diogo e Francisco de Arruda ou João de Castilho que por lá longe perderam anos e algumas

batalhas, nos intervalos das obras de Santa Maria da Vitória, de Santa Cruz de Coimbra, do Convento de Cristo e dos Jerónimos.

Lembrar, ainda, o mestre pedreiro Miguel de Arruda, nomeado Mestre das fortificações e muros do Reino, Lugares d'Além e Índia, em 1549.

Já no ano anterior fornecera os desenhos para os baluartes *ao moderno* do Castelo da Mina e o plano para a capital do Brasil.

Do seu atelier, junto ao Paço da Ribeira, rodeado de ajudantes e discípulos devem ter saído as traças e debuxos da maior parte dos edifícios construídos pela Coroa, religiosos, civis, militares e planos urbanos, entre os quais não havia distinção projectual ou disciplinar.

Esta prática foi continuada pelo seu sucessor António Rodrigues que, em 1572 inaugura o ensino formal na Aula de Architectura do Paço da Ribeira, sobretudo baseado na explicação de textos de Vitruvius, Serlio e Pietro Cataneo.

Continuemos a ouvir Rafael Moreira e Horta Correia.

Neste final de século, o ritmo da construção militar supera tudo, como a nova cerca abaluartada de Goa de 12 km de extensão (1590) e as duas maiores fortalezas jamais erguidas pelos portugueses, a do Monte Brasil em Angra (1590) e a da Aguada em Goa (1604) apesar das espectaculares Sé de Goa (1562), a maior catedral portuguesa e a igreja jesuítica de Macau (1602/24), sem paralelo na Europa. Não pode dizer-se que exista uma política urbana coerente. A única criação de interesse parece ser Damão, na Província do Norte, na Índia.

Anonimamente se vai definindo o tipo de vila ou cidade colonial portuguesa: em Olinda, Salvador, Rio, Luanda, Chaul, Colombo ou Macau. Uma cidade que se molda às condições do relevo e procura tirar partido delas, que se defende com uma cerca abaluartada que condiciona o traçado urbano por um conjunto de regras bem sabidas.

Assim, no Brasil, como dissemos, a acção foi mais espontânea ou pragmática, tendo a Coroa fixado a sua soberania, em termos de expressão urbana planificada, a partir, sobretudo, da fundação de Salvador em 1549, ficando célebre a metodologia ordenada ao Governador Tomé de Sousa e ao mestre de obras Luís Dias, determinando que o governador se conformasse com traças e amostras que levava.

A intenção de regularidade é indiscutível, numa atitude de projecto e medida obedecendo a princípios e a hábitos, mais do que a modelos fixos e a

regras legais, concretizados com grande sentido de pragmatismo pelos velhos métodos da cordeação, com uso da bússola, compasso, marcos e cordas encedradas, em vez da regra e do esquadro.

Passado o triunfo dos engenheiros militares italianos e da tratadística normativa que impuseram, volta ao primeiro plano a criatividade dos práticos nacionais e a sua experiência.

Deslocado para o Brasil o eixo dos acontecimentos é onde, até 1750, ocorrem os progressos essenciais.

É exemplar a actuação do engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita ao fundar de novo, em 1616, S. Luís do Maranhão, devendo salientar-se, não só a regularidade do traçado como, aqui também, a preocupação expressa no Regimento de que a cidade *fique bem arruada e direita conforme a traça que lhe fica em poder*.

Esta escola de urbanismo português, oscilando entre os princípios teóricos e a praxis concreta da sua adaptabilidade ao terreno, pela acção dos engenheiros militares, conheceu novo alento com a criação da Aula de Fortificação em 1647, por D. João IV, que retoma institucionalmente a tradição do ensino da Architectura, interrompida no período filipino.

Figura determinante foi, então, Luís Serrão Pimentel com o seu Método Lusitânico de Fortificar Praças Regulares e Irregulares. Pimentel, que não publica desenhos, por inúteis na aplicação ao real, sempre variado, revela uma consciência teórica nada inferior aos mestres italianos, franceses e holandeses que cita, sintetiza, segue ou abandona e supera.

Como refere Horta Correia, ao contrário dos espanhóis, os portugueses vinham equipados com menor número de normas e maior número de princípios.

De facto, as normas que vigoravam na corte portuguesa, transmitidas pelos decretos régios de criação de cidades, eram muito simples e muito óbvias, o que permitia, por isso mesmo, uma certa maleabilidade.

Do século XVI ao século XVIII, encontra-se um formulário comum, de linguagem muito fixa, e onde se ordena que seja a Praça a primeira a demarcar, com o seu Pelourinho, Casa da Câmara e Cadeia e Igreja e, a partir dela, se delinearão as ruas em linha recta. É, ainda, preocupação comum que as casas revistam sempre a mesma figura exterior, mesmo quando a população cresça, para que se conserve a mesma formosura da terra e a mesma largura das ruas.

É o surto de desenvolvimento do interior brasileiro que permite alinhar algumas notas tendenciais do urbanismo português dos séculos XVII e XVIII.

Poucas vezes estaremos em face de um sistema de quadrícula perfeita como na América Espanhola. É frequente a coexistência harmónica de quarteirões quadrangulares com quarteirões rectangulares. E, se é possível reconhecer o sistema tratadístico de praças pequenas de implantação periférica em Vila Nova de Portalegre, não é inédito o alinhamento de praças sucessivas em enfiamento perspectico, uma maior com a Igreja, outra menor com o Pelourinho, como em Vila Nova do Prado ou Macapá.

Podemos, também, encontrar situações que favoreçam o aparente lugar comum do sabor medieval de muitas cidades brasileiras, quando se dá o total predomínio da prática sobre a teoria, onde se podem instalar processos mais cenográficos, muitas vezes à-posteriori, sedimentando e qualificando situações de facto. Referimo-nos a uma forma de consolidação de tecidos existentes que é, na visão contemporânea, uma forma de planificação. Será assim com a implantação isolada de uma igreja inserida no topo de conjuntos viários de sentido perspectico, ou a sua colocação no cimo de um escadório enquadrado por fundos paisagísticos.

Ouro Preto que se desenha a partir da malha de relações estabelecida entre acampamentos mineiros, é o resultado de uma racionalidade oculta.

Outras vezes a racionalidade aplicada pelo colonizador reside no estabelecimento de uma estratégia de espacialização do discurso catequético. A actual Marechal Deodoro, por exemplo, nasce de um entendimento neo-franciscano de relação de complementaridade com a paisagem, a partir da implantação primeira de um edifício religioso, enquadrado por correntezas de casas, inicialmente paralelas, que pode abrir-se e prolongar-se por caminhos rurais abertos a pé-posto que levavam os trabalhadores às plantações ou ao porto de pesca. Serão esses caminhos a estrutura básica da nova cidade que vai, com o tempo, tratando os espaços sobrantes como espaços públicos, dando-lhes um novo significado.

Em conjunto, as nossas cidades constituem uma soma de racionalidades a que a arquitectura corrente e a monumental conferem a unidade global de uma racionalidade única. Uma racionalidade composta de racionalidade, como na vida.

São, de facto, formas de vida diferentes unificadas pela unidade do desenho do edificado.

Ao passarmos para o século das luzes deparamos com a herança académica de Pimentel, em Manuel de Azevedo Fortes com o seu Engenheiro

Português ou em Manuel da Maia com as suas várias traduções ou a sua acção intensa desde os tempos de D. Pedro II até à implementação da nova Lisboa de Pombal, não se devendo esquecer os inúmeros tratados manuscritos e anónimos que muito terão ajudado os oficiais praticantes do urbanismo.

Se nos reinados de D. Pedro II, D. João V e D. José, esta escola portuguesa não deixou de planificar novos centros urbanos no Novo Mundo, a grande oportunidade foi-lhe dada na própria metrópole pelo Terramoto de 1755.

Então, o velho engenheiro-mór do Reino, Manuel da Maia, preside à reconstrução de Lisboa, com a naturalidade de quem cumpre simplesmente uma tarefa inerente ao seu cargo.

Depois de dissertar sobre as diversas hipóteses de solução, afastada a utopia da construção de uma nova cidade em Belém, escolhe, de entre os militares da sua confiança, aqueles que poderiam concretizar, em equipa ou sozinhos, seis programas diferentes, com diferentes graus de correcção do tecido urbano da Baixa e onde estão patentes a prática, a competência e a celeridade de soluções que não se improvisam, mas onde é palpável, ao mesmo tempo, uma formação teórica e um adequado sentido programático.

O estudo da operação arquitectónica e urbanística pombalina de Lisboa, cujos ecos, no Porto, assumiram o carácter de um verdadeiro movimento anti-barroco, leva a integrá-la, claramente, na continuidade de uma tradição urbanística que se sedimenta a partir do século XVI.

Importante e significativa é a preocupação de Manuel da Maia pela uniformização da nova cidade ao sugerir que seja o mesmo arquitecto, Eugénio dos Santos, a fornecer o desenho dos edifícios para que cada rua conserve a mesma simetria de portas janelas e alturas, preocupação e linguagem que recordam as antigas Cartas Régias e, portanto, as normativas tradicionais da nossa velha escola de urbanismo.

Em dois campos, profundamente interligados, se referencía a permanência da cidade desaparecida: o da estrutura física do sistema urbano transformado e ordenado para uma nova hierarquia de relações e o da estrutura dos factos arquitectónicos, esclarecido pelas relações entre tipologia e morfologia, legível nos antigos prédios de rendimento que fornecem as referências para a economia e conveniência que tanto importam ao pensamento prático e de instrução militar dos projectistas.

Por detrás da estrutura do projecto, o factor essencial foi a ligação com a realidade e o concreto. Também com a realidade pretendida.

Sensivelmente contemporâneas são, além de Vila Real de Santo António, várias cidades ultramarinas, bafejadas pelo dinamismo que a reconstrução de Lisboa veio proporcionar à engenharia portuguesa, mas continuadora da prática colonial anterior.

Sirvam de exemplo Nova Mazagão, projecto do capitão Inácio Morais Sarmiento, Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso e vários projectos alternativos para Goa.

Como escreve Rafael Moreira, o melhor testemunho deste momento, e que não poderemos deixar de referir, é o inédito Tratado de Ruação de José de Figueiredo Seixas, oferecido em 1763 ao Marquês de Pombal. O autor era um bom construtor da cidade do Porto, autor das igrejas do Carmo e da Lapa, tendo sido aí professor de Desenho na Aula da Náutica e Fortificação. O conteúdo do texto é extremamente vasto e denso constituindo como que a teoria do urbanismo pombalino, mas o seu objectivo central é muito claro: fundar uma disciplina nova, a Ruação, tendo por matéria o estudo científico e rigoroso da forma, desenho e crescimento das cidades. Seixas desejava emendar alguns defeitos da ruação da cidade do Porto, mas apercebeu-se que era impossível fazê-lo parcelarmente: a cidade perfeita ou a cidade regular só é viável pelo planeamento global e da totalidade do país estabelecendo leis de uma nova ciência a Arte da Ruação.

A originalidade da proposta ambiciosíssima de Figueiredo Seixas é que ele vai pegar numa tradição velha de séculos e castiçamente nacional, que mistura com leituras dos tratadistas clássicos, livros de jardinagem e da arte da quadratura dos tectos. No dizer de Rafael Moreira, que descobriu o Tratado, trata-se da primeira tentativa sistemática de criar uma disciplina e erguer ao estatuto de ciência essa arte de fazer cidade que os portugueses espalharam pelo mundo.

E fechamos o ciclo no coração do Portugal setecentista burguês com a referência a este surpreendente autor da teorização da peculiar escola portuguesa de urbanismo.

A cidade portuguesa nasceu diversa, nas vicissitudes de um país a construir-se. Refez-se nos territórios ultramarinos, colhendo e sintetizando, da diversidade das experiências de referência, a sua complexidade. Do seu saber sedimentado nasceu com simplicidade o exemplo maior da cidade reconstruída de Lisboa que, como que em vaivém permanente, regressou aos territórios coloniais durante o século XVIII.

Concluindo:

Da experiência de construir, conhecidos os modelos, nasce o saber sem grande teoria de suporte e que se transmite empiricamente.

Afastado o modelo, procura-se, sobretudo, a eficácia, no caso a caso das circunstâncias.

Dessa capacidade de adaptação ao momento, sem grandes prisões de natureza formal ou estilística, nasce a variedade da arquitectura e das cidades portuguesas, a sua espontaneidade e o seu eclectismo que nunca lhe retiram um genérico carácter de família que nos permite a sua permanente identificação, da Índia ao Brasil, de Portugal a Angola, de Marrocos à China ou aos Açores.

Parafraseando Fernando Pessoa que disse, a minha pátria é a minha língua, eu penso que poderemos com propriedade dizer que a nossa pátria também é a nossa arquitectura e as nossas cidades.

Daí o dever de as conhecermos e de as defendermos em comum.